



Informativo

Programa de Comunicação Social Regional dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas

Aracaju (SE), julho de 2017 - ANO 11 Nº 2



A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Conselheiros do PEAC e comunitários debatem conflitos socioambientais em Encontros Regionais

A identificação dos conflitos socioambientais vividos pelas comunidades pesqueiras foi o principal tema articulador dos Encontros Regionais do PEAC, realizados pelos membros do Conselho Gestor e equipes técnicas do Programa nos dias 21 e 28 de janeiro e 4 de fevereiro de 2017. Além dos conselheiros do PEAC, participaram também dos encontros os seus respectivos suplentes, os delegados eleitos em 2015 e representantes de outros projetos do Programa, como o Observatório Social dos Royalties (OSR) e o Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras no Litoral de Sergipe.

Anteriormente, todos os encontros anuais do PEAC eram realizados em um único grande evento, com a participação de comunitários de todas as regiões. A regionalização busca estimular o envolvimento mais efetivo dos conselheiros com suas respectivas bases comunitárias, aprofundar discussões sobre os conflitos característicos de cada região do programa (Norte, Centro e Sul) e contribuir para a redefinição dos objetivos e do formato atual do Conselho Gestor, seguindo diretrizes do IBAMA.

Conduzidas pelos próprios conselheiros, as discussões sobre os conflitos socioambientais foram orientadas pelas contribuições da educadora popular Alzeni Freitas Tomaz, que também é bacharel em Direito e pesquisadora junto aos povos e comunidades tradicionais. A partir da palestra realizada por ela, os representantes comunitários puderam refletir sobre os conflitos ambientais no país e suas consequências na perda de direitos sociais, avanço dos impactos correlacionados à degradação dos territórios tradicionais e perda de identidade da comunidade pesqueira.

"Estamos em um momento histórico muito difícil, principalmente para as comunidades tradicionais. Algumas dessas comunidades se encontram em um processo de maior vulnerabilidade, como os pescadores e as pesca-



Encontro regional do PEAC - região Sul

doras artesanais que estão sofrendo todas as agruras do capital e o processo está acelerando cada vez mais. Então, se a gente não fizer

processos de formação emancipatória e mais crítica para provocar os pescadores, vamos estar fadados ao desaparecimento dessas



Educadora Alzeni Freitas Tomaz



Encontro regional do PEAC - região Centro



Metodologias participativas favorecem as discussões



Encontro regional do PEAC - região Norte

comunidades”, explicou Alzeni, que também trouxe informações sobre legislação ambiental, além de relatos de experiências de outras comunidades pesqueiras que sentem os impactos de uma série de atividades socioeconômicas desenvolvidas em seus territórios.

Através de metodologias participativas, os comunitários contextualizaram os conflitos presentes nos diferentes territórios, os atores sociais envolvidos e as possibilidades de organização para possíveis enfrentamentos. Além disso, fizeram um levantamento dos conflitos socioambientais mais importantes, a exemplo do desmatamento de manguezais, perda de direitos, privatização das águas, especulação imobiliária e carcinicultura. O aprofundamento das discussões em grupo gerou importantes encaminhamentos, como a proposição de um projeto de lei para proibir a carcinicultura, a realização de rádios-feiras nas três regiões de abrangência do PEAC, a utilização de redes sociais para denunciar crimes ambientais e a distribuição de placas informativas sobre as áreas de preservação.

Rádios-feiras pela regularização do território pesqueiro

A realização de rádios-feiras foi decidida nos encontros regionais com o objetivo de divulgar a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios Pesqueiros, que é atualmente uma das principais bandeiras do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Realizada pelo Conselho Gestor entre os meses de abril e maio, a rádio-feira é uma ferramenta de Educomunicação de baixo custo e fácil acesso - com apenas uma caixa de som e um microfone na mão, pode ser instalada em espaços abertos, como feiras de rua.

A rádio-feira da região Norte foi realizada no município de Pacatuba (SE), a da região Centro foi realizada em Aracaju (SE) e a da região Sul, no município de Sítio do Conde (BA). A atividade vem mobilizando as comunidades so-



Rádio-feira realizada em Aracaju (região Centro)



Em Conde (região Sul), também foi realizada rádio-feira



Na sede de Pacatuba (região Norte) a chuva não impediu a rádio-feira



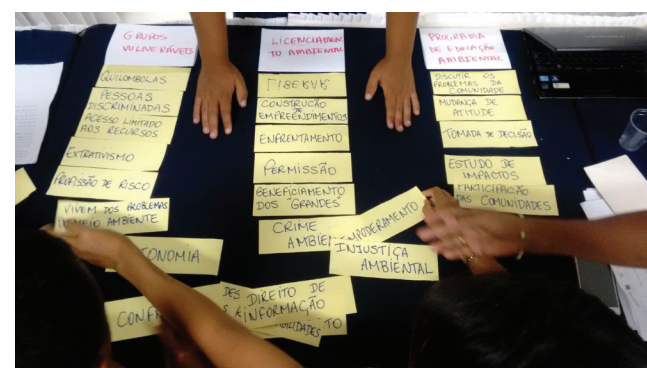
Grupos de trabalho contribuem em discussões mais específicas

bre os conflitos socioambientais vivenciados, com destaque à sensibilização de feirantes e frequentadores sobre o problema da redução do pescado e a importância da participação de todos no abaixo-assinado em prol da campanha em defesa dos territórios pesqueiros, que teve como resultado cerca de 270 assinaturas. “Essa ação está levando conhecimento sobre o projeto, porque muita gente não sabe o que significam estas assinaturas e a gente está explicando”, relata Maria Adriana dos Santos, conselheira de Aracaju, que também integra a comissão articuladora para a fundação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS).

Futuro do Conselho Gestor

Qual o papel que o Conselho Gestor deve cumprir como medida de mitigação aos impactos socioeconômicos da indústria do petróleo e gás? Presente desde o planejamento dos encontros regionais, esse questionamento gerou ricos debates nas reuniões ordinárias do Conselho Gestor juntamente com as discussões sobre os conflitos socioambientais regionais. Em razão da importância do tema, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para aprofundar as discussões em reuniões realizadas nos meses de abril, maio e julho de 2017.

No desenvolvimento das discussões, foram aprofundadas reflexões sobre aspectos conceituais importantes para o desenvolvimento do PEAC: “gestão ambiental”, “educação ambiental”, “licenciamento ambiental” e “grupos vulneráveis”. Os conceitos foram debatidos a partir da exibição do documentário



Discussões se aprofundaram bastante sobre a finalidade do conselho

“Resina”, uma produção do PEAC que narra o enfrentamento da comunidade quilombola Resina, situada em Brejo Grande (SE), pela demarcação do seu território.

Os conselheiros dialogaram também sobre a importância da educação ambiental tendo em vista a transformação social da realidade. “Para além do Conselho, temos que trabalhar o fortalecimento comunitário lá fora e fazer o intercâmbio entre as comunidades”, expôs Adilma Santos, conselheira da região Centro, ao destacar a importância da formação que os conselheiros recebem no PEAC para o encaminhamento de ações efetivas de empoderamento e organização social das comunidades.

Os resultados das discussões desenvolvidas no grupo de trabalho deverão contribuir com a mobilização e preparação, a partir de agosto de 2017, para as eleições da próxima gestão do Conselho Gestor, que serão realizadas no IX Encontro Anual do PEAC no final do ano.



Conselheiros assistem vídeo para embasar discussão sobre o futuro

Entregas na região norte de Sergipe marcam forte retomada dos projetos de compensação do PEAC

Foi com brilho nos olhos e sorrisos largos que os moradores das comunidades de Aningas, no município de Pirambu, e de Maracujá, Junça e Tijupares, localizadas no município de Pacatuba, receberam as compensações do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). As quatro comunidades têm em comum a principal atividade econômica: a agricultura familiar.

Aningas

No dia 29 de abril deste ano, os moradores de Aningas receberam um trator rural com implementos agrícolas, ocasião na qual receberam também os certificados dos cursos de Associativismo e Cooperativismo, e de Programas e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.

De acordo com Manuel dos Santos, presidente da Associação das Comunidades Participativas de Aningas e Lagoa Redonda (ACOPAL), as expectativas quanto aos resultados da compensação foram superadas. "Até ontem eu estava sem acreditar que esse trator chegaria hoje, mas fiquei muito feliz quando vi o 'bicho' chegando", afirmou Manuel.

Junça

Já a comunidade de Junça recebeu um caminhão baú para transporte das mercadorias locais no dia 5 de maio. Marivalda Domingos Silva, presidenta da Associação Nossa Senhora do Parto e membro do Conselho Gestor do PEAC, traduziu o que a comunidade estava sentindo. "A comunidade inteira está em festa porque todos aqui sofremos muito na mão dos atravessadores, esse caminhão veio para melhorar a vida de toda a população de Junça", afirmou a representante responsável pela gestão do bem adquirido. Na mesma cerimônia, os comunitários receberam também os certificados dos cursos de Associativismo e Cooperativismo, de Programas e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e de Programas e Políticas Públicas para o Artesanato.

Maracujá e Tijupares

No dia 6 de maio foi a vez das comunidades de Maracujá e Tijupares receberem um trator rural igual ao que foi entregue em Aningas, também com os certificados das capacitações realizadas. A gestão do trator também ficará sob a responsabilidade da Associação Nossa Senhora do Parto. Moradora de Tijupares, Elisamar dos Santos Domingos era uma das mais entusiasmadas com a chegada dos bens. "Além de nos livrar dos atravessadores nós vamos poder usar o caminhão para transportar nossos artesanatos, vamos poder usar o trator para arar as nossas plantações, para preparar a terra para o plantio. Essas compensações são uma maravilha para as nossas comunidades, tenho certeza que vamos viver um novo tempo de muitas alegrias", comemorou.

José Carlos dos Santos também falou sobre os benefícios que os bens trarão. "A emoção é grande para as nossas comunidades e a gente fica muito feliz! Nós vamos fazer bom uso, vamos fazer as manutenções direitinho, vamos cuidar do que agora é nosso", afirmou.

As capacitações

O curso de Associativismo e Cooperativismo teve por objetivo a construção coletiva de um



Trator com implementos agrícolas, entregue na comunidade de Aningas, em Pirambu, também foi entregue na comunidade de em Tijupares-Maracujá, em Pacatuba



Entrega do caminhão baú na cerimônia de encerramento do projeto de compensação em Junça, Pacatuba



A entrega de equipamentos contou a participação de vários conselheiros do PEAC



Entrega do trator e implementos agrícolas na cerimônia de encerramento do projeto de compensação em Aningas, Pirambu

plano de uso e gestão para cada bem recebido. Para tanto, foi realizado um processo de mobilização do conjunto da comunidade, despertando sentimento de pertencimento em torno do projeto de compensação e garantindo uma apropriação qualificada para gestão democrática do bem entregue.

Já a oficina de Programas e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar buscou informar os comunitários sobre programas existentes para a agricultura familiar e as formas de acesso a políticas públicas de desenvolvimento rural,

como possibilidade de melhorar a renda, incentivando o desenvolvimento de atividades potenciais na região.

Na mesma linha, o curso de Programas e Políticas Públicas para o Artesanato teve o objetivo de apresentar às artesãs de Junça as iniciativas que auxiliam no fortalecimento do trabalho, na capacitação dos profissionais e também na promoção e comercialização dos produtos, além de informar sobre a legislação que regulamenta a profissão de artesão e seus benefícios.

Outros 22 projetos estão em andamento

Os projetos de compensação, juntamente com reformas ou construções de colônias de pescadores, são uma exigência do IBAMA para compensar ou mitigar impactos socioeconômicos das atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás e tiveram uma forte retomada em janeiro de 2017, após a superação de alguns impasses de natureza jurídica. Até o final do ano, espera-se a conclusão de mais 12 projetos de construção ou reforma.

A retomada dos projetos tem sido possível também por conta do envolvimento do Ministério Público Federal (MPF), que tem intermediado a solução de alguns problemas e mobilizado representantes do poder público para resolver algumas pendências, principalmente aquelas relacionadas com a doação de terrenos.

Acompanhe nas fotos registros dos projetos em andamento.



Reforma da Colônia de Pescadores de São Cristóvão, já próxima de sua conclusão.



Fachada e detalhe do interior da sede da Colônia de Indiaroba



Centro Comunitário de Cachoeira já em fase de acabamento (Jandaíra-BA)



Fachada e interior Sede da Associação de Aracaré/Oitizeiro/Garatuba, em Pacatuba



Construção da Colônia de Santa Luzia do Itanhí



Fachada do Centro Comunitário de Piranhas (Pacatuba)



Construção do centro comunitário de Brejão dos Negros, em Brejo Grande



Construção da sede da Colônia de Barra dos Coqueiros



Construção do Centro Comunitário de Abadia (Jandaíra-BA)



Construção da sede da Associação das Catadoras de Mangaba de Barra dos Coqueiros



Construção da sede da Associação de Ouricuri, em Estância



Construção do Centro Comunitário de Massadiço, em Estância



Construção do Centro Comunitário de Tibúrcio, em Estância

Marisqueiras de Sergipe avançam em sua organização e realizam importantes debates sobre saúde, trabalho e políticas públicas

O ano de 2017 tem sido marcado por importantes avanços para as marisqueiras participantes do Projeto de Organização e Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras do Litoral de Sergipe, que faz parte do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

Um dos avanços diz respeito às discussões sobre o acesso à saúde pública de qualidade, um dos principais desafios enfrentados pelas trabalhadoras da pesca artesanal em Sergipe. Por isso, cerca de 77 marisqueiras se reuniram para debater a saúde laboral da categoria em oficina realizada no dia 18 de janeiro de 2017 na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Conduzida pelo médico e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Paulo Giovane Lopes Pena, o espaço possibilitou o aprofundamento da discussão sobre a garantia dos direitos sociais, o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Previdência Social e as estratégias de luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho.

“Essa é uma conquista nossa, do Movimento das Marisqueiras. O movimento só nos enriquece. Ele está nos ensinando sobre mobilização, valorização, como batalhar pelas coisas que a gente quer, aprender como ir atrás. Ele está nos dando ferramentas para crescer”, definiu a marisqueira Geonísia Vieira Dias (Nice), moradora da comunidade de Muculanduba, em Estância.

Fruto de um compromisso firmado entre a comissão articuladora do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) e o PEAC, a oficina caracterizou-se como um importante espaço de formação política norteado por três palestras: “Os riscos no trabalho da pesca artesanal”; “A prevenção das doenças laborais e os cuidados na execução do trabalho da pesca artesanal”; e “As políticas de saúde e Previdência Social e os direitos das trabalhadoras da pesca artesanal”. A partir das reflexões, as participantes foram divididas em grupos de trabalho para compartilhamento de relatos sobre suas realidades e aprofundamento das discussões sobre os pro-



Marisqueiras durante mobilização para reunião eletiva

blemas de saúde e acidentes ocasionados pela jornada de trabalho, além dos perigos relacionados ao cotidiano da mariscagem.

“Quando a gente passa a ter conhecimentos sobre os nossos direitos, passa a se identificar como uma trabalhadora como outra qualquer e a ter os mesmos direitos. É com muita felicidade que eu vejo a realização dessa oficina aqui em Sergipe, porque esse tipo de ação nos fortalece e fortalece o nosso movimento. Estamos rodando o Brasil para levar informação e formação às pescadoras e marisqueiras e as mulheres estão passando a reivindicar os direitos trabalhistas que elas dispõem como qualquer outro trabalhador”, explicou a pescadora Marizélia Lopes (Nêga), representante do Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais do Brasil (MPP) e moradora da Ilha de Maré, localizada dentro da cidade de Salvador (BA).



Marizélia Lopes (Nêga), ao centro, falou em nome do Movimento das Pescadoras e Pescadores Artesanais do Brasil.

A oficina de saúde laboral também caracterizou-se como importante espaço de interlocução entre grupos de marisqueiras e pesquisadores da área de Saúde para elaboração de estratégias de organização política. Além da representante do MPP, o evento contou também com a presença de Elionice Conceição Sacramento (Léo), também pescadora e representante do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, do Conselho Nacional de Saúde e moradora do município de Salinas da Margarida, Bahia.

Reuniões eletivas

O Movimento das Marisqueiras de Sergipe vem se consolidando com o apoio do PEAC e ganhando cada vez mais adesão nas 14 comunidades da área de abrangência do Programa, onde estão sendo realizadas eleições para a escolha de representantes. A realização das reuniões eletivas entre os meses de fevereiro e julho cumpriram papel fundamental no tocante

à sensibilização das marisqueiras em torno da necessidade de união e fortalecimento para a reivindicação de direitos como o seguro-defeso e o acesso à saúde pública de qualidade, além da luta contra a privatização dos mangues e o fechamento dos portos.

Foram eleitas até o momento 24 representantes em 12 das 14 comunidades, através de um processo conduzido pela própria articulação do MMS (as comunidades de Tibúrcio e Muculanduba, em Estância, estão prestes a finalizar o processo).

A principal ferramenta utilizada pela comissão articuladora tem sido o Teatro do Oprimido (TO), estratégia de Educomunicação caracterizada pela representação da própria realidade e pelo estímulo ao protagonismo, visto que a encenação é feita pelas próprias marisqueiras. Na visão de uma das componentes do MMS, Valquíria Pinto dos Santos, as marisqueiras têm percebido a importância da união para lidar com as questões trabalhistas e ganhar autonomia, inclusive das colônias de pescadores. “Não é fácil. Se pensar cada uma por si e Deus por todos nós, não vai para frente. A gente tem que se unir. Tem luta, tem. Tem maravilhas, tem. Eu entendi que o movimento era importante e hoje eu já sei como chegar na Previdência Social e lutar pelo meu direito”, destaca Valquíria.



Marisqueiras durante reuniões eletivas



No centro, Elionice Sacramento (Léo), representante do Conselho Nacional de Saúde e do MPP



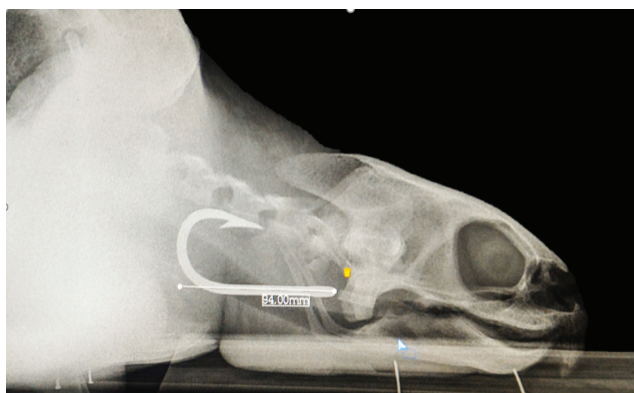
Grupo de trabalho discute questões de saúde laboral

Programa monitora causas de encalhes de animais marinhos na área influenciada por empreendimentos de petróleo

O Programa Regional de Monitoramento de Encalhes e Anormalidades (PRMEA) é mais uma exigência do licenciamento ambiental federal, sob condução do IBAMA, para as licenças de operação dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas.

O objetivo do programa é monitorar o trecho de praia que vai do Pontal do Peba, sul de Alagoas, até Sítio do Conde, norte da Bahia (incluindo toda a costa de Sergipe), para avaliar se o encalhe de animais marinhos e costeiros (como tartarugas, aves e mamíferos) e a presença de óleo e de resíduos que chegam à costa estão relacionados às atividades marítimas da Petrobras.

Periodicamente, na primeira maré baixa do dia, é possível observar os profissionais do PRMEA, com auxílio de motocicletas, registrando se houve ou não ocorrências nas



Raio X de tartaruga resgatada pelo PRMEA mostra ingestão de artefato de pesca. O animal passou cirurgia para remoção do artefato e foi devolvido ao meio natural

praias. O programa conta com uma equipe qualificada e com um centro de reabilitação especializado, onde é possível atender 25 aves e 25 tartarugas simultaneamente.

Os resultados do monitoramento e os exames de animais vivos e mortos apontam que as principais causas dos encalhes de tartarugas e de mamíferos em 2016 estiveram relacionadas à pesca, seguidas por ingestão de resíduos sólidos, como plásticos que são confundidos com algas ou presas menores. No caso das aves, também é comum a ingestão de plástico.

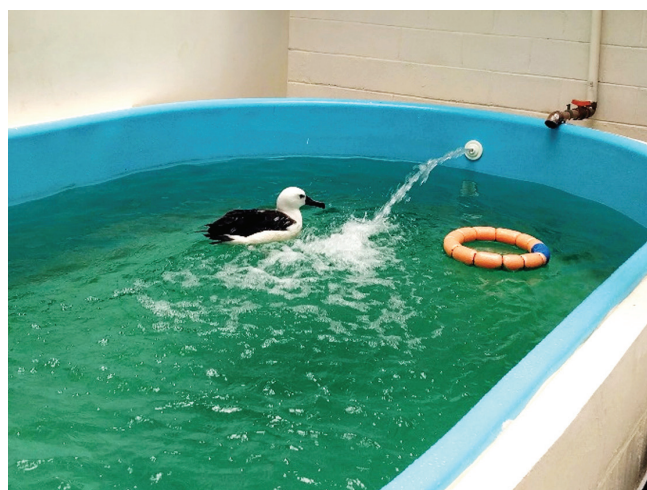
Além do trabalho dos monitores, também é possível contar com o apoio da comunidade e de turistas para relatar as ocorrências por meio dos telefones 0800 079 3434 (para ligações originadas de Sergipe e Bahia) e 0800 082 3434 (ligações feitas de Alagoas).

Atuais empreendimentos de petróleo e gás na Bacia de Sergipe e Alagoas

- Plataformas de águas rasas na costa de Sergipe – na área de costa próxima a Aracaju ocorre produção de óleo e gás nas plataformas de águas rasas. A produção é levada por dutos até a base de Atalaia, onde ocorre o tratamento e distribuição do óleo e do gás.
- Plataforma de Piranema – localizada na costa sul de Sergipe, essa plataforma produz petróleo a partir de poços localizados em águas profundas, a 37km do litoral. O petróleo é escoado da própria plataforma para navios aliviadores. Já o gás é parte reinjetado nos poços e parte queimado segundo os limites permitidos pela agência reguladora.



Foto: Geraldo Faício / Banco de Imagens Petrobras



Ave marinha (albatroz) no centro de reabilitação do PRMEA



TELEFONES ÚTEIS

Telefones 0800 da Petrobras (Ligação gratuita)

Se estiver em Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Se estiver em Alagoas
0800 082 3434

Escritórios da Petrobras em Aracaju

(79) 3212 2228

ou

(79) 3212 2255

Email: launseal@petrobras.com.br

Linha verde IBAMA (Ligação gratuita)

Central de atendimento
0800 61 8080

O Informativo dos Empreendimentos Marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe/Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional, medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Paulo Marinho de Paiva Neto - Gerente Geral da Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas (UO-SEAL) da Petrobras; Waldir Divino Porto Lima Júnior - Gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da UO-SEAL; Sílvio dos Santos Júnior – Coordenador de Meio Ambiente da UO-SEAL; Ana Cláudia Gonçalves do Nascimento - Gerente Setorial de Atendimento e Integração Regional de Comunicação da Petrobras; Ricardo Leal Costa Santos - Responsável pela publicação - Conerp nº 309 (7ª Região); Elton Carlos Ribeiro de Almeida - Editoração eletrônica; Marcela Prado Mendonça (UFS/Fapese), Priscila Viana (UFS/Fapese), Luís Sávio Sousa, Leda Barbosa, Michelle Souza (consultores da Petrobras) - Colaboraram nesta edição; **Fotografias** - Acervo Petrobras.

Endereço: Rua Acre, 2504, Bloco F, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010, Fone (79) 3212-2065, Email: launseal@petrobras.com.br; Tiragem: 5.000 exemplares.